



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Moraes rejeita pedidos de Flávio em inquérito sobre postagem contra Lula

Gustavo Moreno/STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou pedidos apresentados pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL) no inquérito que apura uma suposta prática de calúnia contra o presidente Lula (PT). Na decisão, o magistrado afirmou que o investigado não pode interferir nem “pautar” a condução das investigações realizadas pela Polícia Federal (PF).

A investigação foi aberta após uma publicação feita pelo parlamentar na rede social X associando Lula ao ditador venezuelano Nicolás Maduro e a crimes como tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro e apoio a ditaduras.

Nos autos, a defesa do senador pediu que fossem realizadas diligências e produção de provas no âmbito da investigação. Os advogados solicitaram medidas para apuração de fatos ligados ao conteúdo da postagem feita pelo parlamentar. Moraes, no entanto, rejeitou os requerimentos.

“Não se revela cabível, na presente fase investigatória, o acolhimento dos requerimentos formulados por Flávio Nantes Bolsonaro, pois implicam no direcionamento ou interferência na condução da investigação, não cabendo ao investigado pretender pautar a atividade investigativa”, escreveu o ministro.

O inquérito foi instaurado após



Moraes negou pedido de diligências feito por advogados de Flávio

representação da Polícia Federal acolhida pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Segundo os autos, a apuração envolve suposta prática do crime de calúnia contra o presidente da República, com agravantes previstos no Código Penal.

A publicação investigada foi feita por Flávio Bolsonaro em 3 de janeiro de 2026. Na postagem, o senador escreveu: “Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de dro-

gas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas”.

A decisão também registra que os autos já haviam sido encaminhados à Polícia Federal para adoção das diligências consideradas necessárias pela investigação. Moraes ressaltou que cabe à PF conduzir os atos investigatórios e à PGR avaliar posteriormente se há elementos suficientes para eventual adoção de medidas judiciais.

Gilmar critica Lava Jato e fala em “grave inflexão” no processo penal brasileiro

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a fazer críticas à Operação Lava Jato em decisão assinada na última sexta-feira (12/6). O magistrado afirmou que a força-tarefa promoveu uma “grave inflexão nos parâmetros civilizatórios do processo penal brasileiro” e utilizou “metodologias heterodoxas” incompatíveis com o sistema jurídico.

As declarações constam em decisão na qual Gilmar negou pedido apresentado pela defesa de Eduardo Aparecido Meira, empresário ligado à empresa Credencial e condenado na Lava Jato por lavagem de dinheiro e associação criminosa em processo relacionado ao ex-ministro José Dirceu. A defesa tentava estender a Meira os efeitos da decisão que reconheceu a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro no caso envolvendo Dirceu.

Apesar de rejeitar o pedido, o ministro dedicou parte da decisão a reforçar críticas já feitas anteriormente à condução da Lava Jato. Segundo Gilmar, os métodos empregados pela operação representaram desvios graves no processo penal.

“Tenho há muito sustentado que os métodos engendrados no âmbito da denominada ‘Operação Lava Jato’ representaram, em diversas frentes, grave inflexão nos parâmetros civilizatórios do processo penal brasileiro, com metodologias heterodoxas que não devem ter qualquer espaço no sistema jurídico”, escreveu o ministro.

Na decisão, Gilmar também citou as mensagens reveladas pela Operação Spoo-fing, investigação que expôs diálogos atribuídos a procuradores da Lava Jato e ao então juiz Sergio Moro. Para o ministro, o material revelou um “consórcio espúrio entre acusação e órgão julgador”.

“Essa conclusão foi especialmente alcançada a partir daquilo que ficou amplamente documentado nas mensagens reveladas pela ‘Operação Spoo-fing’, que desvelou o consórcio espúrio entre acusação e órgão julgador”, afirmou.

O ministro ressaltou ainda que o STF “jamais se furtou” a enfrentar os excessos identificados na operação e disse que eventuais nulidades em processos ligados à Lava Jato continuam sujeitas ao controle da Corte.

Apesar das críticas, Gilmar negou o pedido de extensão apresentado pela defesa de Eduardo Meira. Segundo ele, a decisão que beneficiou José Dirceu teve caráter “personalíssimo” e não pode ser automaticamente aplicada a outros condenados da operação.

Na avaliação do magistrado, o caso de Dirceu possui circunstâncias específicas que não se repetem na situação analisada agora, como a centralidade do ex-ministro na narrativa acusatória construída contra o presidente Lula (PT).

Relatório aponta que Bolsonaro não recebeu advogado por “sonolência” causada por medicamentos

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Um relatório da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), registra que o ex-presidente Jair Bolsonaro não conseguiu receber um advogado em razão de um “estado de sonolência” provocado pelo uso de medicamentos. O episódio ocorreu durante o cumprimento da prisão domiciliar no âmbito da Execução Penal 169.

O documento, obtido pela coluna, aponta que o advogado Adolfo Sachsida esteve na residência de Bolsonaro no dia 9 de junho, entre 15h e 15h02, mas o atendimento acabou não sendo realizado.

“O advogado compareceu à residência, contudo, o atendimento não foi realizado devido ao estado de sonolência do monitorado, decorrente do uso de medicamentos”, registra o relatório da PMDF.

O texto integra prestação de informações encaminhada pela corporação ao ministro Alexandre de Moraes sobre a rotina do ex-presidente entre os dias 4 e 10 de junho de 2026.



Bolsonaro não recebeu advogado por “estado de sonolência”

No dia seguinte, em 10 de junho, Sachsida voltou à residência e conseguiu se reunir com Bolsonaro entre 15h e 15h30, segundo os registros oficiais.

O relatório também mostra que o ex-presidente recebeu acompanhamento médico frequente durante o período monitorado. Entre os profissionais citados estão os médicos Brasil Ramos Caiado e Alexandre Firmino Paniago, além de sessões de fisioterapia realizadas na residência.

Os documentos da PMDF apontam ainda que Bolsonaro não realizou atividades laborais nem registros de leitura durante os dias acompanhados pela custódia. Ele também recebeu visitas dos filhos Flávio e Carlos Bolsonaro.

Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar desde 2 de junho de 2026, por determinação do ministro Alexandre de Moraes. A medida foi concedida em razão de questões de saúde apresentadas pela defesa do ex-presidente, mas impôs uma série de restrições, incluindo monitoramento eletrônico, limitação de visitas e proibição de deixar a residência sem autorização judicial.